

Nem o YouTube forma cirurgiões, nem o preconceito forma professores

João Mattar

Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)

O artigo publicado ontem, 9 de abril de 2025, em *O Globo*, assinado por Priscila Cruz — presidente e cofundadora do movimento Todos Pela Educação — com o título “Formar professores on-line é como treinar cirurgiões por YouTube”, repete, com nova roupagem, um preconceito antigo contra a Educação a Distância (EaD) no Brasil. Em vez de fomentar um debate qualificado sobre a formação docente, o texto aposta em metáforas vazias, afirmações sem dados e generalizações elitistas.

A frase de impacto — que compara cursos de licenciatura em EaD a vídeos de cirurgia no YouTube — diz mais sobre a visão preconceituosa da autora do que sobre a modalidade em si. Não há, no próprio artigo, qualquer dado concreto que comprove que os cursos EaD formem professores menos qualificados. O que há, sim, é um histórico de desinformação travestida de exigência, que desconsidera os contextos sociais, econômicos e territoriais do país.

A proposta de “criar uma linha de financiamento para cursos presenciais de alta qualidade” soa bonita no papel. Mas não é uma proposta: é uma política que já está em curso, por meio de programas como o Mais Professores e o Pé-de-Meia Licenciaturas, que excluem deliberadamente os estudantes de cursos EaD do acesso a bolsas. Trata-se de uma medida inconcebível em pleno século XXI, que naturaliza a desigualdade, institucionaliza o preconceito e nega o direito à formação docente justamente a quem mais precisa dele. É uma decisão injustificável, discriminatória e excludente, que parece, infelizmente, ecoar a lógica defendida no artigo — uma lógica que contribui para aprofundar desigualdades, em vez de enfrentá-las.

Ao citar que “países desenvolvidos limitam ou até proíbem a formação on-line”, a autora, mais uma vez, não apresenta uma única referência concreta. Quais países? Com que base legal? Sob quais condições? A verdade é que instituições reconhecidas mundialmente — como a Open University (Reino Unido), a Athabasca University (Canadá), a Universidade Aberta (Portugal), a UNED (Espanha) e muitas outras do mundo todo — oferecem formação docente a distância com seriedade, qualidade e inovação. Repetir que “países de ponta não fazem EaD” sem evidências não é apenas um mito sem fundamento — é desinformação. É verdade esse bilete.

Outra falácia é a afirmação de que “não há déficit na oferta de vagas nos cursos de licenciatura”. Com base em que dados? Onde estão essas vagas? Em que regiões? Estão acessíveis a trabalhadores, a pessoas que vivem a centenas de quilômetros do campus mais próximo? A quantidade bruta de vagas não responde à desigualdade no acesso — nem garante permanência, muito menos conclusão. Opta-se, mais uma vez, por aprofundar desigualdades, em vez de enfrentá-las.

É curioso também que se classifique a EaD como “barata e pouco exigente”. De onde vem essa conclusão? Quais evidências comprovam que um curso EaD de pedagogia, por exemplo, a priori, tenha carga horária menor, avaliação menos criteriosa ou currículo mais superficial do que um curso presencial? E, afinal, por que “barato” virou sinônimo de “ruim”? Em um país marcado pela desigualdade, oferecer uma formação acessível, flexível e de qualidade deveria ser motivo de reconhecimento — não de desprezo.

O artigo afirma ainda que “é preciso dar um basta à forma instalada do EaD na formação de professores”. Nós concordamos que é preciso dar um basta — mas no recrudescimento do preconceito e da discriminação contra a educação a distância. A EaD não é um improviso. É uma política de acesso, inclusão e formação com base legal e parâmetros nacionais de qualidade (que estão sendo revisados) — que pode, sim, ser aprimorada, mas não desqualificada sumariamente.

Em outro trecho, o artigo lança um “breve lembrete”: aula a distância síncrona ≠ aula a distância. Talvez este lembrete mereça outros: a EaD não se reduz a transmissões ao vivo ou videoaulas gravadas. Ela envolve uma riqueza de metodologias, tecnologias, interações e práticas. E, conforme exigem as Diretrizes Curriculares Nacionais, inclui também atividades presenciais obrigatórias. Reduzir a EaD a uma caricatura é desconhecimento — ou retórica vazia. É verdade esse lembete.

A EaD forma professores reais, que atuam em escolas reais, enfrentando desafios reais — sobretudo em regiões e contextos historicamente desassistidos. E, cada vez mais, inclusive no Brasil, educação a distância e educação presencial não se excluem: coexistem, se articulam e se fortalecem. A tendência global é a da educação híbrida, que combina ambas as modalidades com inovação, acessibilidade e compromisso com a aprendizagem.

Sim, a formação docente precisa ser exigente. E sim, a EaD pode ser rigorosa, inovadora e profundamente transformadora. Não é a modalidade que garante a qualidade, mas o projeto pedagógico, o compromisso institucional e o acompanhamento acadêmico.

A qualidade docente não se opõe à inclusão. E a inclusão não é inimiga da excelência. Professores constroem nações, e precisam, todos eles, de formação à altura da sua missão — onde quer que estejam.

São Paulo, 10 de abril de 2025

João Mattar

Presidente

Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)